

A CONSTRUÇÃO SOCIAL-HISTÓRICA DO TURISMO COMO PRÁTICA MODERNA

Renata Mayara Moreira de Lima¹

RESUMO

O presente trabalho constitui-se como um ensaio que parte da necessidade de se pensar quais foram os acontecimentos sociais relevantes que influenciaram a consubstanciação do que entendemos por formação do turismo. Nesse sentido, o objetivo é ressaltar acontecimentos históricos decorrentes da modernidade que propiciaram o estabelecimento do turismo como uma prática econômica e social relevante a partir do século XIX, principalmente século XX. Momento de mudanças profundas que ocasionaram o estabelecimento de uma sociedade do mercado, da mercadoria, da racionalização (WEBER, 2004) e de uma mudança nas próprias estruturas cognitivas dos sujeitos (SIMMEL, 1976). Neste contexto, ressaltam-se também algumas alterações mais recentes processadas na organização do sistema capitalista, sobretudo a partir da década de 1970 e as mudanças socioculturais ocorridas, que teriam influenciado a formatação de um turismo pós-fordista.

PALAVRAS-CHAVE: Construção Social-Histórica. Turismo. Modernidade.

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. E-mail: renatammlima@gmail.com

INTRODUÇÃO

O deslocamento e o contato com outras localidades, sociedades e culturas sempre foi uma realidade entre os povos. Esses contatos se deram inicialmente por motivos de sobrevivência e comerciais, principalmente no chamado período neolítico, paleolítico e na antiguidade ocidental, como atestam os relatos deixados, dentre outros, pelos fenícios e sumérios. Já na Grécia e Roma encontram-se motivações diferentes dessas, como as do tipo religiosas e de competições atléticas. Contudo, a noção de viajar como uma forma de “entreter-se” e “desestressar” é uma invenção recente na história da humanidade, datando aproximadamente do fim do século XIX.

As mudanças sociais decorrentes da Revolução Industrial propiciaram alterações estruturais no modo de vida das sociedades, operando-se a passagem do tradicional para o moderno, que, segundo Simmel (1976), significou também a passagem do mais lento para o mais rápido e de uma nova postura de comportamento nos indivíduos que passaram a viver nas cidades. Entre as mudanças sociais mais profundas está o estabelecimento de um novo *ethos* do trabalho (WEBER, 2004) que significou, principalmente, uma conduta disciplinada, um novo estilo de vida, cuja violação significava uma falta de dever.

O estabelecimento do trabalho diferente do *faber*, nas palavras de Arendt (2010), implicou diversos novos condicionamentos nas sociedades que passaram por essa mudança, e uma das mais nítidas é sem dúvida a divisão do tempo social. Nas sociedades predominantemente pré-modernas não havia uma delimitação rígida entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho, já que o descanso, as atividades festivas e as atividades produtivas eram esferas indissociáveis da vida social.

Essa separação do tempo, dedicado às dimensões da vida, possibilitou a institucionalização do tempo livre, com um sentido completamente novo na história da humanidade, o de ludicidade, denominado de lazer, isto é, tempo que deve ser aproveitado com atividades que proporcionem prazer e satisfação.

Neste contexto, o tempo de descanso no início da Revolução Industrial, século XVIII, era quase que completamente destinado à recuperação das forças físicas, apesar de se encontrarem festivais populares como jogos realizados nas ruas. Esse tempo livre só aumentará a partir da segunda metade do século XIX, quando uma parte dos trabalhadores ingleses começará a dispor do sábado à tarde juntamente com o domingo para as atividades recreativas; e se expandirá a partir do século XX, com a conquista das reivindicações pelos sindicatos dos trabalhadores de maior tempo para o descanso e de um período de férias remuneradas.

Diante deste cenário, surgem novas atividades inseridas no tempo de não trabalho, dentre as quais, destaca-se o turismo. Pode-se citar, como fatores impulsionadores para o seu crescimento, o estímulo por parte dos burgueses e religiosos para a realização de atividades consideradas disciplinadas, como, excursões ao campo e ida aos balneários marítimos para os trabalhadores, uma vez que se objetivava diminuir as festas populares que eram realizadas nos períodos de folga. Contribuíram também, a expansão dos meios de transportes; o desenvolvimento da mídia, principalmente rádio e televisão; e o surgimento da categoria lazer como um direito e uma necessidade do trabalhador.

Consoante a isso, percebe-se que o turismo é uma invenção social consequente da construção histórica do processo de desenvolvimento capitalista, acompanhando todas as suas transformações. Não obstante, o pioneirismo de se oferecer viagens com características turísticas, em 1840 pelo inglês Thomas Cook, pôs em evidência os retornos econômicos que esse setor poderia gerar. Essa percepção ocasionou que o mercado passasse a investir na área, já que o apelo “viajar para descansar” e o “conhecer o outro” muito passou a atrair a sociedade

contemporânea, que começou a se interessar por atividades inseridas no rol do lazer.

Levando em consideração essas observações, o presente trabalho constitui-se como um ensaio que objetiva destacar acontecimentos socio-históricos relevantes que possibilitaram o estabelecimento do turismo como prática moderna, caracterizado por ser um deslocamento totalmente diferente de outros mais antigos, realizados nas sociedades tradicionais, tendo surgido em um momento de profundas mudanças que ocasionaram o estabelecimento de uma sociedade do mercado, da mercadoria, da racionalização (WEBER, 2004) e de uma mudança nas próprias estruturas cognitivas dos sujeitos (SIMMEL, 1976). Neste sentido, o deslocamento, prática antiga, vinculou-se a um conjunto de significações imaginárias e simbólicas presentes na sociedade pós-revolução industrial dando forma a um novo tipo de deslocamento.

Apresentam-se também algumas mudanças ocorridas no sistema capitalista em fins do século XIX e início do século XX, com base nos autores Anthony Giddens (1991); Zygmunt Bauman (2001) e David Harvey (2008). Todas as análises empreendidas ao longo do ensaio objetivam apenas apresentar um panorama geral de como se consubstanciou o turismo como fenômeno moderno e mostrar qual é a sua principal tendência no século XXI (pós-fordismo). Não se faz diferenciação, portanto, entre países e regiões. Considera-se que como parte de análises gerais, que não foram/são de forma alguma homogêneas em países considerados desenvolvidos e subdesenvolvidos ou em desenvolvimento; seja utilizado como pano de fundo através da apresentação de alguns elementos que possam ser aprofundados em estudos empíricos localizados.

A MODERNIDADE E A EMERGÊNCIA DO TURISMO

Identificar historicamente os fatores desencadeadores do turismo enquanto prática social é o mesmo que desnudar o processo de passagem da sociedade

tradicional para a moderna e todas as consequências sociais emergentes dessa transformação. Refletir, portanto, sobre a modernidade e suas conseqüentes, é um dos primeiros passos a serem realizados quando pensamos em entender o que é o turismo e como essa prática se institucionaliza na sociedade. Precisamos compreender como Boyer (2003), que a invenção do turismo é “uma soma de histórias singulares”, estando composta dos progressos das sociedades humanas, dos meios de transportes, dos tipos de viagens, dos modos de vida, que proporcionaram a constituição de diferentes tipos de turismo em diversos lugares.

É com a modernidade, que segundo Giddens (1991) é o estilo, costume de vida ou organização social que emergiu na Europa a partir do século XVII e que se tornou mais ou menos mundial em sua influência, que o turismo tornou-se um fenômeno social expressivo de massa. Não poderíamos falar de um turismo anterior a esse momento, já que por mais que existissem viagens com o objetivo de descansar e entreter-se perto de climas amenos, essas eram realizadas por uma minoria de privilegiados, que buscavam ao praticá-las, diferenciar-se da maioria da população e desencorajar a imitação (BOYER, 2003), não existindo o sentido “turístico” das viagens que começaram a ser realizadas a partir do século XIX, sobretudo século XX.

Historicamente poderíamos definir o ano de 1841, como um marco do que entendemos por turismo moderno, ano esse da primeira organização de uma viagem, que foi realizada pelo hoje identificado como um ícone do turismo, o primeiro agente de viagens, o inglês Thomas Cook:

Thomas cook, um jovem de 32 anos, foi o responsável por uma das mais importantes transformações nas viagens. Por meio da intuição e de uma impressionante capacidade visionária, conseguiu imaginar o transporte de passageiros com tarifas reduzidas, o que aumentaria a demanda. O resultado seria um surpreendente ganho em escala, propiciando mais lucros por viagens. Continuando com suas intuições, Cook criou as viagens em grupos, dando os primeiros passos para aquela que seria a primeira e a maior agência de viagens de todos os tempos. A

grande arrancada de Cook ocorreu durante um encontro em Leicester, num verão de 1841, quando teve a ideia de criar um trem fretado para o evento seguinte. Cook organizou o primeiro tour de viagem em larga escala, conduzindo juntas quase 500 pessoas dos mais diversos tipos (BARBOSA, 2002, p. 52).

Ao baratear as passagens de trem, Cook conseguiu aumentar a demanda. A sua empresa foi a primeira a usar campanhas de marketing para conquistar clientela, adicionando ao produto a reserva de hotéis e restaurantes. Esse tipo de produto iniciado por Cook é conhecido como turismo fordista ou de massa, ou seja, venda padronizada para grande público. Levava grupos de 40 a 50 pessoas para conhecer lugares como Roma, Florença e Veneza. Os visitantes eram conduzidos por um guia, além de que ele foi o responsável pela criação do hoje conhecido *voucher* de hotel.

No entanto, faz-se *mister* observar que a primeira e as subsequentes viagens organizadas por Thomas Cook, bem como, posteriormente, por outros agentes de viagens, só tiveram sentido e se constituíram como uma prática social e econômica relevante, pelas transformações sociais ocorridas a partir da revolução industrial e do estabelecimento do período histórico denominado de modernidade, que ocasionou mudanças bruscas no modo de vida das sociedades, com resignificações atribuídas às práticas sociais.

Simmel (1976) destaca as mudanças psíquicas provocadas nos indivíduos com o advento da modernidade, a partir do crescimento urbano e populacional das cidades, momento no qual ocorre uma alteração na forma como os sujeitos se comportam: “os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica de vida” (p. 12).

Isso porque a metrópole altera os fundamentos sensoriais da vida psíquica, o indivíduo metropolitano está exposto a uma quantidade muito maior de

estímulos nervosos do que o homem do campo, desse modo, a oposição entre o campo e a cidade é a oposição entre o mais rápido e o mais lento, entre o habitual e o nunca habitual, devido às mudanças constantes de imagens, sons, entre outros aspectos.

Mudança tão brusca quanto tornar o não habitual como integrante do dia a dia na vida em sociedade, foram as alterações na relação do indivíduo com o seu trabalho, transformadas bruscamente a partir da divisão do trabalho social e da especialização. Assim, um objeto material que antes era produzido por apenas um sujeito, passa a ser produzido por vários indivíduos, propiciando um fator que não ocorria na produção artesanal: o trabalhador não se reconhece no resultado final de seu trabalho. Para Simmel (2005, p. 51) isto ocorre já que “a este produto falta, em função de seu caráter fragmentário, a essência do que é próprio do plano da alma, que de outro modo é facilmente perceptível no produto do trabalho, quando este aparece como obra de um único homem”.

A crescente racionalização do trabalho, o aumento da cultura objetiva (das coisas) em detrimento da cultura subjetiva (dos sujeitos), propiciou que o trabalho se tornasse um fardo, precisando de um recompensador pelo esforço empregado. É assim que surge o tempo livre, o tempo de não trabalho. Para Dumazedier (1999) a institucionalização do tempo livre que passa a ser denominado de lazer, tempo que deve ser aproveitado com atividades que proporcionem prazer, só passa a existir quando há uma separação rígida entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, sendo decorrente das tensões entre capital e trabalho.

Esse tempo dedicado a atividades prazerosas, só passa a existir efetivamente após a regularização das férias remuneradas em 1936. Antes desse momento, existiam curtos espaços de tempo que foram aos poucos oferecidos aos trabalhadores em virtude da pressão exercida por estes e da constatação de que o retorno ao trabalho, após o descanso, era mais produtivo. Segundo Urry (2001, p. 38) a obtenção de intervalos prolongados foi uma iniciativa no norte da Inglaterra

“as quais encontravam sua compensação no fato de que o comparecimento ao trabalho era muito mais regular, no resto do ano”.

Esses primeiros movimentos de férias regularizadas, por menor que fossem, propiciaram os primeiros deslocamentos das classes trabalhadoras, que implicaram em viagens. Fato que aconteceu principalmente quando o fim de semana tornou-se regularizado, sendo o sábado um dia considerado de lazer (HOBSBAWM, 2008), diferente do domingo – *saint mounday* - que a igreja tentativa, de toda forma, controlar.

Um fato citado por Ouriques (2005) refere-se ao incentivo por parte dos burgueses e dos religiosos para que os trabalhadores comessem a realizar atividades disciplinadas nos momentos de folga, como excursões de trem, com a finalidade de não realizarem festas populares, consideradas “depravadas”. A igreja acreditava que com isso estaria recolhendo mais almas para o céu; já os empregadores acreditavam que formas de divertimento mais brandas, implicariam maior produtividade no retorno ao trabalho.

Segundo Urry (2001) os balneários marítimos se transformaram na primeira forma de lazer de massa. Tendo, em 1911, 55% da população da Inglaterra e do País de Gales que fazia pelo menos uma viagem ao litoral e 20% dela permanecia por um período mais prolongado a cada ano. O autor identifica a ida de trabalhadores aos balneários desde o século XIX na Inglaterra, quando as folgas passaram a implicar viagens para o litoral, em parte decorrente da criação das estradas de ferro e da meia jornada de trabalho aos sábados, bem como dos primeiros movimentos de férias remuneradas.

Acrescente-se a esses fatos, o surgimento da estrada de ferro, que possibilitou o acesso da viagem para um maior número de pessoas. A estrada de ferro surge no século XIX primeiramente para o transporte de mercadorias, contudo esse processo alterou-se sobremaneira no século XX. A partir de 1930, foi construída a primeira ferrovia totalmente com trem a vapor e a primeira a

transportar grande número de passageiros, ligando Manchester a Liverpool e reduzindo o tempo de percurso pela metade (BARBOSA, 2002).

Com o aumento da demanda, aumentou a exigência por conforto, além da criação de hotéis e restaurantes. Badaró (2008) afirma que entre 1905 e 1910, muitos hotéis e *resorts* foram criados no litoral mediterrâneo e no interior da Europa. Contudo, Boyer (2003) vai chamar atenção para o fato de que a criação dos meios de viagem, sobretudo a hospedagem e restauração foram fatores que pesaram, mas, não se constituíram em condição *sine qua non* para o progresso do turismo, ao contrário, essa história não é linear; todos esses progressos ocorreram concomitantemente. Foram as concepções de vida que mudaram e possibilitaram que a viagem se tornasse uma faceta da vida social, e enquanto esse processo acontecia, a maior e melhor oferta “dos meios de viagem” ocorria para acompanhar a expansão.

Os hotéis foram inventados no século XVIII. Como quase todas as outras invenções ligadas às viagens, surgiram nas grandes cidades da Europa. Antes desse período, as pessoas se hospedavam em albergues que alojavam inicialmente cavalos, ficavam em quartos com muitas pessoas e não possuíam local para suas necessidades. Os mais pobres ficavam no feno. No fim do século XIX os hotéis tornaram-se muito luxuosos e preparados para receber pessoas para longas temporadas. Segundo Boyer (2003), com os aumentos no número de turistas foram criados meios de hospedagem mais modestos e pensões familiares pertos dos grandes hotéis.

Nesse período também se desenvolveram deslocamentos para participação em eventos. Urry (2001) aborda o surgimento destes ligados ao lazer na Inglaterra que passaram a ser organizados a partir de 1870. Houve uma série de criações que se tornaram tradicionais, como: o Torneio Real em 1888, o primeiro jogo de equipes universitárias em 1985, entre outros. Estes eventos faziam parte do lazer do povo e tornou-se muito importante participar de pelo menos um durante o ano. O autor chamará atenção ainda para o fato das associações no norte da Inglaterra,

que exerceram importante papel na organização em torno das férias, como *pubs*, igrejas e clubes, que contratavam com certa frequência uma excursão ou um trem e ofereciam aos membros facilidades no pagamento. A confiança pela proximidade existente entre vizinhos, amigos e líderes locais possibilitava maior segurança e controle social na hora de viajar.

Já no fim do século XIX e início do século XX, o surgimento de meios de locomoção individual como o automóvel, principalmente com Henry Ford e o lançamento de seus modelos T propiciaram novo impulso às viagens. Ouriques (2005) corrobora acrescentando a importância do avião, após a segunda guerra mundial, com a expansão da aviação civil.

Acrescente-se a isso, a agitação operária que começou a exigir por férias regularizadas e melhores condições de trabalho. Sendo influenciadas pela ostentação do luxo por parte dos ricos, ficando bem mais visível, com o crescimento dos meios de comunicação de massa. Essa percepção e a luta para combatê-la, pelo menos no que compete ao direito do tempo livre regularizado e prolongado para a classe trabalhadora, demonstra o entendimento deles, de possuírem o direito de participar de atividades recreativas e do que era valorizado socialmente.

Os avanços legislativos relativos às férias remuneradas se deram, entre os anos de 1919 e 1939. Ademais, percebe-se a partir de 1936 o surgimento de um discurso ideológico que pregava o acesso ao lazer por parte dos trabalhadores, o que implicará o estímulo a todos os tipos de lazers que emergiam naquele momento, entre eles, o turismo.

Destaca-se o incentivo por parte da Itália facista de Mussolini, que apesar de inicialmente não ser favorável à visita de estrangeiros a seu país, incentivou de forma extensiva o lazer e o turismo dos italianos, por meio da Operação Nacional Depalavoro - OND. Promoveu diversas ações, que incluía 150 estabelecimentos em praias, 130 campos de verão e 92 estações de inverno. Promoveu viagens junto à

federação Italiana Excursionista, com passeios a pé, de bicicleta e pelo Mediterrâneo (BADARÓ, 2008).

A União Soviética também foi uma influenciadora. Em 1922 proporcionou férias pagas aos trabalhadores, com um projeto de lazer que advinha dos seguros sociais e possuía uma infraestrutura que incluía palacetes, vilas e *spas* presentes no mediterrâneo russo (BADARÓ, 2008). Temos ainda a Alemanha Hitleriana, que via com bons olhos a visita de estrangeiros a seu país, já que deixavam divisas.

Boyer (2003) destaca o papel da França, no período (1936-1938) com o governo de esquerda Frente Popular, quando foi criada uma Subsecretária de Esportes e de Lazer, sob a coordenação do subsecretário Léo Lagrange. Foram criados incentivos para as viagens daqueles que possuíam poucos recursos para pagar pelos deslocamentos. Estas iniciativas estão dentro do chamado inicialmente turismo popular e posteriormente turismo social.

Boyer (2003) também ressalta que inicialmente as férias outorgadas não significaram deslocamentos efetivos por parte dos trabalhadores, e 1936 não teria sido o ano que marcou o início das viagens, mas sim, o ano em que se começou o incentivo em grande medida para que essas de fato acontecessem.

O importante é observar que as condições históricas propiciadas pela modernidade para o desenvolvimento do turismo, já estavam dadas, que, aliando-se ao papel adquirido pela mídia, sobretudo rádio e televisão, na influência dos gostos e desejos das pessoas, ajudaram a transformar o turismo em uma necessidade, objeto de luxo e *status* desde meados do século XX. Mesmo sendo supérfluo, no sentido de que para desfrutá-lo é preciso ter suprido as necessidades elementares da vida cotidiana.

Krippendorf (2001, p. 16) salienta que na sociedade moderna criou-se uma espécie de ciclo de reconstituição do ser humano, viajando-se para recuperar as “baterias”, para refazer as forças físicas e mentais. É justamente um recompensador por todas as consequências que a vida moderna acarretou aos indivíduos. Neste sentido, a natureza, a paisagem, o clima, a cultura e os próprios

seres humanos tornaram-se produtos a serem consumidos cada vez mais: “[...] a seguir voltamos para casa, mais ou menos em forma, para suportar o cotidiano durante um certo tempo - até a próxima vez.”

O fenômeno social do turismo se impõe, principalmente, a partir da segunda guerra mundial enquanto uma atividade econômica relevante, principalmente porque os governos estavam prejudicados pelas guerras. Surgindo como um elemento viável para a geração de divisas e de empregos, criando-se o conceito de produto turístico e despontando em países como Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e Canadá (BADARÓ, 2008).

Magalhães (2008) complementa observando que na Europa, o pós-guerra coincide com os ganhos trabalhistas e com o Estado de Bem Estar Social, o que deu condições mínimas de estabilidade e de mobilidade aos trabalhadores. Neste contexto, o turismo teve crescimento exponencial nos chamados trinta anos gloriosos (1945-1975), quando todas as condições gestadas nas décadas anteriores e os incentivos pelo lazer e pelo turismo se transformam em possibilidades reais.

É quando temos a expansão do chamado turismo de massa (turismo fordista), venda padronizada para grande público, aumentando em diversas partes do mundo². Processo esse que vem adentrando ao século XXI, quando mudanças, principalmente na organização econômica do sistema capitalista, impõe alterações em diversas dinâmicas da sociedade, dando início a um tempo histórico, que alguns autores (GIDDENS,1991; BAUMAN, 2001; HARVEY, 2008,) têm denominado de diversas formas, tais como modernidade tardia, modernidade líquida, pós-modernidade. Mudanças essas que têm transformado a própria prática do turismo, já que se fala em um turismo pós-fordista.

² Há que se considerar que a expansão do turismo de massa ocorre em diferentes espaços de tempo nos diversos países, a depender das condições econômicas, políticas e culturais de cada lugar. Não sendo objetivo do presente ensaio destacar essas diferenças.

SÉCULO XXI: UM TURISMO PÓS-FORDISTA?

O momento é de transformações, inseguranças e não há certezas absolutas. A passagem do fordismo para um outro modo de acumulação, já alcunhado de pós-fordista, mas que autores como David Harvey (2008) denomina de acumulação flexível, representa uma série de mudanças ocorridas na organização do sistema de acumulação capitalista marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Apoiando-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, no surgimento de setores de produção inteiramente novos, maneiras inovadoras no fornecimento dos serviços financeiros, novos mercados, altas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional, entre outras mudanças.

No mercado de trabalho, as transformações se dão em virtude da volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro. Desse modo, os empregadores tiram vantagens do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente, para impor contratos de trabalho mais flexíveis. É nesse novo momento que se expandem os empregos nos chamados setores de serviços e que se dá o movimento a que Harvey (2008) chamará de “compressão do espaço-tempo”.³

Nesse mesmo sentido, Zigmunt Bauman, sociólogo polonês, tem empreendido uma reflexão inovadora e fértil das mudanças provocadas nas relações humanas com base na consolidação da sociedade do consumo, descrevendo como marcas do efêmero, fugidio, transitório e fragmentário ambiente pós-moderno. A essa sociedade ele denomina como líquida, pois os fluídos “se movem facilmente, eles ‘fluem’, ‘escorrem’, ‘esvaem-se’, ‘respingam’,

³ Ver David Harvey (2008) para um entendimento do que ele chama de compressão espaço-tempo: necessidade das pessoas de lidarem com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de obsolescência instantânea.

‘transbordam’, ‘vazam’, ‘inundam’, ‘borrifam’, ‘pingam’; são ‘filtrados, ‘destilados” (BAUMAN, 2001, p. 8).

Uma sociedade em que predomina a destemporalização do espaço social, marcada pela flexibilidade e pela constante mutação, na qual as estruturas rígidas do espaço e do tempo perdem o sentido outrora atribuído. Assim, as noções do tempo “para trás” e “para frente” deixam de ser referenciais das ações humanas. Em meio a esse contexto, as identidades individuais são descartadas e adotadas como em uma troca de roupa. A vida torna-se composta por diversos jogos, cada vez mais curtos e pequenos. Os compromissos em longo prazo devem ser extintos e o “recusar a fixar-se” é imprescindível para tornar-se um ser no mundo, do mundo e para o mundo.

Para Bauman, isso implica em cortar o presente nas duas extremidades da história, o proibindo de se relacionar com o passado e com uma projeção fixa do futuro, tornando o tempo em um “presente contínuo”. Desse modo, o tempo perde o indicador de um fluxo contínuo que busca atingir uma direção, “o tempo já não estrutura o espaço” (BAUMAN, 1999). Se não há mais uma linearidade a percorrer, as noções de passado e de futuro não são mais basilares das experiências, situação que por sua vez inclui a capacidade de se mover como norteadora da vida contemporânea.

É assim que o autor utiliza-se das figuras metafóricas do turista e do vagabundo, com o intuito de desconstruir os papéis sociais ocupados por alguns grupos na vida contemporânea, análises que estão presentes nos livros “O Mal-Estar da Pós-Modernidade”, de 1998, e, “Globalização: as consequências humanas”, de 1999.

O autor utiliza essas metáforas para demonstrar quem são os “heróis” e as “vítimas” do capitalismo flexível, uma sociedade marcada por um tempo e um espaço flexíveis, onde o que equivale é a capacidade de se mover. Têm-se, de um lado os turistas, aqueles que recusam qualquer forma de fixação, por isso, se movem sem parar, porque assim o preferem. Suas vidas são a própria mobilidade,

saem e chegam o tempo todo, a única coisa que importa é o tempo presente. Por outro lado, têm-se os vagabundos, que se movimentam por serem empurrados pela necessidade da sobrevivência, seus sonhos e seus empregos resumem-se a qualquer coisa que conseguirem. Vivem para se dedicar aos serviços dos turistas.

Nesse mesmo contexto, Giddens (1991) vem se posicionando ao afirmar que vivemos em um período de modernidade tardia ou modernidade reflexiva, momento no qual as sociedades são obrigadas a refletir sobre si mesmas e, ao mesmo tempo, desenvolvem a capacidade de refletir retrospectivamente sobre si. Nesse emaranhado de relações, os indivíduos buscam por segurança, os conhecimentos científicos substituem a tradição, dando-se a absorção de sistemas abstratos, de conhecimentos, que são teorias, conhecimentos, descobertas.

Na modernidade tardia, a razão é o elemento orientador que elimina riscos e produz confiança. Como principais características da modernidade tardia o autor (1991) destaca a separação entre o tempo e o espaço, nos quais os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências que são distantes deles; o desenvolvimento dos mecanismos de desencaixe, que provocam o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e reestruturação através de extensões indefinidas do tempo-espaço; e a apropriação reflexiva do conhecimento, que permite a produção de conhecimento sistemático sobre a vida social tornando-a integrante da reprodução do sistema, deslocando-a da fixidez da tradição.

Todas essas mudanças no contexto mundial, na forma de organização das sociedades, por mais desiguais que se desenvolvam nos diversos territórios existentes, tendem a expansão, através do fenômeno da globalização. É importante ressaltar que quando apontamos essas transformações, estas não se referem a um processo concluso, ao contrário, as diversas mudanças que estão se processando não estão acabadas, posto que nunca estarão.

Com relação à forma de acumulação do capital, o fordismo e uma outra forma de acumulação (pós-fordismo, acumulação flexível) coexistem nos mesmos

territórios. Não podemos falar de processos sociais totalizantes, pois as rupturas sempre existem ao lado de continuidades. As transformações econômicas e suas conseqüentes são complexas, pois acontecem na arena da vida social, dinâmica e não determinística.

O importante a se considerar é que o turismo vem se posicionando diante de tal processo, revelando dinamicidade e capacidade de se moldar às insígnias do capital. Não podemos falar, neste caso, que há uma substituição do modelo fordista de turismo por um modelo pós-fordista, isto é, a substituição de um turismo de massa, por um turismo altamente personalizado. Ao contrário, verifica-se em países desenvolvidos e em desenvolvimento, que a população tende a se tornar, cada vez mais, móvel, utilizando-se das características massivas do turismo.

O que passa a ocorrer nesse novo momento são aspectos dos dois tipos de prática do turismo, um turismo massivo e um turismo mais personalizado (preparado sob medida para gostos peculiares), dado estarmos falando de um processo de transição. Poderíamos inclusive nos questionar, em que medida há possibilidades de um turismo de massa deixar de existir.

Pelo que nos mostra as tendências contemporâneas, percebe-se que a coexistência das duas formas continua sendo uma perspectiva para o futuro, incidindo com distintas repercussões a depender das especificidades econômicas, socioculturais e políticas dos lugares nos quais se espacializa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensaio teve como principal objetivo delinear acontecimentos históricos decorrentes da modernidade que propiciaram o estabelecimento do turismo como uma prática econômica e social relevante a partir do século XVIII. Neste sentido, percebemos que a mudança na forma de organização da sociedade, com o crescimento populacional e as alterações de sentido na relação do indivíduo com o seu trabalho, foram fundamentais na mudança de mentalidade do “sujeito

metropolitano” (SIMMEL, 1976), e possibilitaram que o lazer, a partir da separação rígida entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, se transformasse em uma faceta da vida social.

Assim, o turismo surge com um sentido totalmente novo na história da humanidade, sentido de dinamicidade, de prazer, deslocamento, contato com outras culturas, mesmo que estejamos falando de um contato superficial. O turismo representou a oportunidade de sair do seu mundo, da sua comunidade, para conhecer o mundo exterior, aquele no qual não possuímos vínculos identitários. Foi somente com a criação de um imaginário em torno das viagens, da “necessidade” de conhecer outros lugares, de fugir da rotina do dia a dia, do “estar” turista que identificamos o surgimento do sentido propriamente turístico. A institucionalização do turismo se dá como uma prática social massiva, incluída, pois, nas novas formas de mobilidades humanas, como pertencente a um *ethos* de uma sociedade que emergiu com a revolução industrial.

A mobilidade surge como principal característica da modernidade, que se acentua na contemporaneidade, sobretudo a partir da década de 1970 - momento no qual uma modernidade tardia, uma modernidade líquida ou uma pós-modernidade, termo empregado a depender dos autores utilizados (GIDDENS, 1991; BAUMAN, 2001; DAVID HARVEY, 2008) – emerge; representando uma série de mudanças nos aspectos econômicos, políticos e sociais da sociedade, e consequente na prática do turismo nos diversos locais do mundo. Desse momento em diante, a existência de um turismo fordista (venda padronizada de pacotes para grande público) e de um turismo pós-fordista (mais flexível e baseado na personalização de pacotes turísticos) passam a coexistir e incidir espacialmente de diferentes formas a depender das características de cada local onde ocorre o fenômeno turístico.

THE CONSTRUCTION SOCIAL-HISTORICAL OF TOURISM AS MODERN PRACTICE

Abstract

This paper constitutes as an essay of the need to think about what were the important social events that influenced the conformation of what mean by formation of modern tourism. In this sense, the objective is to highlight historical events arising from modernity that led to the establishment of tourism as an important economic and social practice from the nineteenth century, especially twentieth century. Moment of profound changes that led to the establishment of a society in the market, merchandise, rationalization (WEBER, 2004) and a change in the cognitive structures of individuals (SIMMEL, 1976). In this context, it is also highlight some recent changes processed in the organization of the capitalist system, especially from the 1970s and sociocultural changes that have influenced the formatting of a post-fordist tourism.

Keywords: Social-Historical Construction. Tourism. Modernity.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2010.

BADARÓ, Rui Aurélio de Lacerda. **Direito Internacional do Turismo: o papel das Organizações Internacionais no Turismo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. Turistas e vagabundos. In: ____, **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. Turistas e vagabundos: os heróis e as vítimas da pós-modernidade. In: BAUMAN, Zygmunt, **O Mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Bauru, SP Salvador: EDUSC EDUFBA, 2003.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. 2. ed. São Paulo: SESC, 1999.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo SP: Loyola, 2008.

HOBBSAWM, Eric John Earnest. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª ed., 2008.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2001.

MAGALHÃES, Leandro H. Discussão crítica a respeito do turismo numa perspectiva materialista história. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 8, nº 2, 2008, PP. 95-104.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, SP: Alínea, 2005.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. A divisão do trabalho social como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. In: SOUZA, Jessé; OELZE, Berthold (orgs). **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editoria da UNB, 2005.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 3. ed. São Paulo: SESC São Paulo, 2001.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Cronologia do Processo Editorial

Recebido em: 29. set. 2013

Aprovação Final: 11. dez. 2013

Referência (NBR 6023/2002)

LIMA, Renata Mayara Moreira de. A construção social-histórica do turismo como prática moderna. **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, vol. 2, n. 2, p. 66-85, jul./dez. 2013.